



HISTÓRIA, MEMÓRIA, VIZINHANÇA E PARTICIPAÇÃO

O Dossiê *História, memória, vizinhança e participação* da *Revista História: Tendências e Debates* do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade de Passo Fundo (UPF) é uma obra organizada pelos professores Doutores Carla Portal Vasconcellos, da Universidade de Passo Fundo e o pelo professor José Carlos Mota, da Universidade de Aveiro (UA), de Portugal. A construção da história é um processo contínuo e coletivo, no qual a memória, a identidade e as relações sociais estão relacionadas.

O Dossiê é uma iniciativa que visa aprofundar as reflexões sobre as complexas interações entre o passado e o presente, as identidades locais e as dinâmicas sociais e a participação das comunidades no reconhecimento e na defesa do seu patrimônio cultural. A obra conta com artigos livres, com uma interessante diversidade de temas relacionados.

O Dossiê inicia com o artigo *O Planejamento e a gestão das cidades: o desafio da preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro por meio de tombamento e uso do instrumento jurídico-urbanístico da transferência do direito de construir*, de Andrea Teichmann Vizzotto, que aborda o desafio da preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro por meio do tombamento e da utilização do instrumento jurídico-urbanístico da transferência do direito de construir.

A forma como se preserva o patrimônio histórico-cultural é uma preocupação partilhada por muitas cidades em todo o mundo. Há uma convicção generalizada de que os instrumentos atualmente disponíveis – como administrações locais com escassos recursos financeiros públicos, políticas públicas e instrumentos de planejamento urbano desajustados ou descontínuos, fraca pressão social para a valorização do patrimônio, e o surgimento de grupos imobiliários e financeiros com elevado capital e poder de influência – não são suficientes para assegurar a manutenção e proteção dos valores culturais.

Ainda assim, como refere a autora, a legislação brasileira contempla diretrizes que orientam a proteção do patrimônio cultural, nomeadamente a modalidade de tombamento associada ao uso da transferência do potencial construtivo (TPC). O tombamento parece conter um potencial relevante a ser explorado, pois otimiza o processo de proteção, ainda que não proporcione ao proprietário os meios necessários para a preservação do imóvel. A TPC poderia funcionar como um incentivo eficaz ao proprietário do bem tombado, desde que a sua efetiva concretização seja assegurada.

Jennifer Domeneghini traz-nos o tema da micromobilidade como instrumento de preservação do patrimônio histórico e cultural das cidades no artigo *Aproximando pessoas e lugares: A micromobilidade como instrumento de preservação do patrimônio histórico e cultural das cidades*. A autora defende que a micromobilidade surge como uma aposta relevante para territórios sensíveis, com elevado valor patrimonial, ao reduzir os impactos negativos do uso excessivo de veículos motorizados e ao convidar residentes e visitantes a usufruírem desses espaços de forma segura. Diversos estudos destacam o potencial da descarbonização da mobilidade na promoção da interação social, no estímulo à economia local e no incentivo ao turismo sustentável.

Contudo, a implementação dessas estratégias enfrenta várias barreiras, como a ausência de infraestruturas adequadas, a organização espacial da vida urbana e alguma resistência à mudança. Para que essas dificuldades sejam superadas, a autora recomenda um esforço concertado de planeamento urbano, campanhas de sensibilização e a promoção da participação comunitária, envolvendo governos, empresas e comunidades, com o objetivo de potenciar os lugares históricos como espaços relacionais de interação e convivência entre residentes e visitantes.

No seu artigo *A aplicação do instrumento do Estudo de Impacto de Vizinhança como forma de preservação do patrimônio histórico e cultural das cidades brasileiras*, **João Telmo de Oliveira Filho** desenvolve a importância do uso do instrumento do Estudo de Impacto de Vizinhança como forma de preservação do patrimônio histórico e cultural das cidades brasileiras. Segundo Oliveira Filho, o Estudo de Impacto de Vizinhança é um instrumento inovador da legislação brasileira, previsto no Estatuto da Cidade, constituindo parte do licenciamento urbano-ambiental, com o objetivo de dirimir conflitos e preservar patrimônios e valores coletivos.

Contudo, apesar do seu potencial, tem havido pouca vontade política para a sua implementação. Torna-se, por isso, necessário fortalecer os mecanismos participativos, nomeadamente através da sua regulamentação nos municípios, da realização efetiva de audiências e consultas públicas e da análise dos resultados pelos órgãos colegiados de política urbana e

ambiental. É fundamental que a omissão legislativa não restrinja nem impeça o poder de participação da comunidade na defesa do patrimônio e da memória coletiva.

Em *Desavenças entre vizinhos: situações de conflito nas reduções do Paraguai colonial*, **Rodrigo Ferreira Maurer** trata do tema de povos com fisionomias próprias que tiveram seu curso histórico interrompido e que ilustram uma práxis de poder interno autônomo e que poderíamos sugerir ser para época uma espécie de vizinhança regional nas reduções jesuíticas no Paraguai do século XVIII. O artigo propõe estudar, a partir dos documentos de época as individualidades que compunham cada localidade. Segundo o autor, o tempo jesuítico esconde linhas de continuidade bem conhecidas em que a prática de convívio reducional permitiu incentivar um novo desenho regional sobre antigos territórios de orientação.

O artigo *¡No me pongas las manos! as discussões sobre violência contra a mulher na imprensa feminista do Brasil e do Chile (1981-1987)*, de **Júlia Glaciela da Silva Oliveira**, trata da questão da violência contra as mulheres e como esse tema foi problematizado e discutido na imprensa feminista do Brasil e do Chile na década de 1980. Conforme a autora, esta década foi marcada pela retomada dos movimentos feministas e das mulheres nos processos pela redemocratização em ambos os países. Tendo como pressupostos metodológicos dos Estudos de gênero e da História Comparada, o artigo analisa como estes temas foram debatidos na imprensa do Brasil e do Chile nas diferenças de abordagem e os arranjos políticos e sociais pelos periódicos para o enfrentamento de casos de feminicídio, violência doméstica e sexual direcionados aos corpos femininos. Ao final, como conclusão, a autora compara e relaciona como a temática da violência contra a mulher ganhou força e destaque no discurso feminista no Brasil e no Chile, e como, de formas diferentes, os movimentos feministas avançaram para espaços institucionais e criaram condições para a criação de políticas públicas e espaços de acolhimento.

O artigo de autoria de **Kenia Erica Gusmão Medeiros e Cristiano Nicolini**, intitulado *“Ser mulher”: relações de gênero e resistências cantadas nas canções-desabafo de Vanusa*, procura demonstrar a importância de canções integrantes do repertório da cantora e compositora popular brasileira Vanusa em músicas que abordaram temas como violência contra as mulheres, tensões nas relações conjugais e dificuldades na maternidade durante as décadas de 1970 e 1980. Embora a importância do repertório da cantora, a mesma não recebeu grande reconhecimento por sua contribuição na discussão sobre os direitos das mulheres.

O artigo procura destacar a produção de debate de gênero que foi construído por meio de escritas, cantos e performances, reconhecendo que, as reflexões presentes na obra da cantora, denunciaram o sofrimento e o silêncio de tantas mulheres, bem como, incentivaram a ruptura de ciclos de violência especialmente nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil.

O próximo artigo que compõe esta obra é intitulado *A guerra ao terror e o cinema hollywoodiano durante o governo de Barack Obama*, de autoria de **Daniel Ivori de Matos** e pretende expor aspectos da luta contra o terrorismo empreendida pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA) durante o governo de George W. Bush e seus impactos na produção cinematográfica dos EUA e na sequência mapear e situar algumas produções e temas que circundam o período de governo de Barack Obama, a fim de compreendê-los dentro do processo histórico da Guerra ao Terror, numa breve análise dos registros fílmicos e da escrita fílmica neste período. Conclui que durante o governo de Barack Obama há uma grande proximidade entre as ações militares do governo dos Estados Unidos da América e muitos temas de grandes produções de Hollywood.

Segue a obra com o artigo *A guerra das Falklands/Malvinas no pensamento naval brasileiro: aspectos do conflito naval moderno e os ensinamentos para a diversificação das capacidades da marinha do Brasil*, de autoria de **Dilceu Roberto Pivatto Junior** que propõe compreender a influência da Guerra das Falklands/Malvinas no pensamento naval brasileiro ao longo das décadas posteriores ao conflito. O artigo analisa parte das ideias reproduzidas nos espaços institucionais da Marinha, com o propósito de identificar os ensinamentos da guerra e suas implicações na configuração do poder naval brasileiro, utilizando publicações da Revista Marítima Brasileira e os relatórios do Ministério da Marinha, bem como entrevistas com ex-Ministros da Marinha.

Informa o artigo como a Guerra das Falklands/Malvinas tornou-se um referencial para os militares brasileiros na transição para um modelo de aquisições que priorizasse o desenvolvimento tecnológico de maneira autônoma e independente, como um pensamento no sentido de ampliar as capacidades de atuação do poder naval brasileiro, de uma Marinha litorânea e periférica para uma Marinha intermediária, protagonista e com capacidade para operar em águas oceânicas internacionais, especialmente, no Atlântico Sul.

Por fim, o artigo *Do matadouro ao mercado: o comércio e o consumo de carne verde em Teresina nos primeiros anos da República*, de **Márcio Douglas de Carvalho e Silva**, analisa o comércio e o consumo de carne verde em Teresina entre 1890 e 1914, com foco nas condições sanitárias, nas práticas comerciais e no papel do poder público na regulamentação da oferta desse gênero alimentar. Baseada em jornais e relatórios oficiais, a pesquisa revela a precariedade estrutural do matadouro e do mercado público, que operavam em condições insalubres. As práticas comerciais eram frequentemente denunciadas na imprensa devido à manipulação de pesos e medidas e à baixa qualidade da carne ofertada. O comércio de carne em

Teresina, nesse período, refletia os desafios da cidade em se modernizar, em meio às tensões entre poder público, comerciantes e consumidores.

Segundo o autor, as características do mercado público de Teresina e os modos como eram realizados o abate e o manejo da carne revelavam a necessidade de intervenção do poder público para solucionar os problemas “onde nem a intendência nem o próprio povo pareciam preocupar-se com esses problemas.” Apenas a partir de 1911 é que surgiram debates mais concretos sobre as propostas de construção de um matadouro público em Teresina, que atendesse aos requisitos básicos de higiene. A situação revelada pelo estudo era uma realidade comum das cidades brasileiras no século XIX.

Uma boa leitura a todos!

Dr^a Carla Portal Vasconcellos
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Dr. Prof. José Carlos Mota
Universidade de Aveiro, Portugal